

# Editorial.

Maria Isabel Imbrônio\*

\*Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da Universidade São Judas Tadeu, imbronio@gmail.com

usjt

arq.urb

número 30 | jan-abr de 2021  
DOI: [10.37916/arq.urb.vi30.519](https://doi.org/10.37916/arq.urb.vi30.519)



O presente número da revista arq.urb, primeiro em 2021, traz uma coletânea de artigos que permeiam temas ligados ao urbanismo, ao patrimônio histórico, à história da arquitetura, ao ensino em Arquitetura e Urbanismo e à qualidade do espaço urbano construído e projetado. Parte importante dos textos selecionados promovem aproximações ao território com abordagens da problemática urbana através das relações entrelaçadas entre a vida local, as políticas públicas e empreendimentos privados, observados sob os diferentes paradigmas, retomando os cursos históricos através dos séculos XIX, XX e XXI. É deste modo que iniciamos a leitura deste número da arq.urb: com um conjunto de textos interessados em discutir os processos de urbanização nas cidades brasileiras.

Abre a coletânea o texto “Teoria e práticas urbanas: estética, conhecimento e o traçado urbano da cidade de Erechim/RS”, de Camila Nardino e Dirceu Piccinato Junior, respectivamente mestrande e docente do Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Arquitetura e Urbanismo da Faculdade Meridional (IMED). Nele, analisa-se o plano para a colônia agrícola de Erechim, datado de 1914. A colônia desenvolveu-se em contexto de expansão ferroviária, parcelamento de lotes rurais e incentivo à imigração. Desenhado pelo engenheiro civil Carlos Torres Gonçalves, o projeto da cidade tem traçado ortogonal interceptado por eixos diagonais que conectam pontos focais marcantes, facilmente reconhecíveis nos documentos de época apresentados. Segundo os autores, o desenho de Erechim considera a “Regulamentação Geral das Colônias”, de 1899, que recomendava assentamentos com base em largas avenidas e praças públicas. A isso somam-se as referências ao conhecimento sobre a urbanística, como o mencionado plano do Barão de Hausmann para Paris, e a implementação de sistemas de infraestrutura urbana aperfeiçoados a partir de meados do século XIX.

No segundo texto, “(Re)escrevendo a história da cidade: o mercado de terras de Passo Fundo (1920 – 1950)”, Pedro Henrique Carretta Diniz e Caliane Christie Oliveira de Almeida -mestrando e docente do mesmo programa, IMED - apresentam uma pesquisa histórica sobre o desenvolvimento urbano de mais uma cidade gaúcha ligada à ferrovia, cujas primeiras ocupações datam do início do século XIX. O recorte temporal de interesse dos pesquisadores está compreendido entre 1920 e 1950, período em que ocorre a modernização e acelera-se a expansão urbana da cidade. Faz-se uma abordagem com base em três aspectos: legislação e planos municipais (Saturnino de Brito, 1919, não executado; Código de Posturas, de 1924; Plano de Expansão, de 1953); abertura de novos loteamentos por empreendedores privados; e também através da implantação de vilas operárias ligadas principalmente aos frigoríficos que se instalaram na região.

“Um estudo sobre a evolução cronológica e intervenções realizadas no convento de Igarassu”, de Ana Maria Moraes Guzzo (doutora pelo PROARQ, Universidade Federal do Rio de Janeiro), é o terceiro texto deste conjunto. Aqui é feita uma apresentação profunda do convento de Pernambuco, construído no século XVI, retratado por Franz Post no século XVII e tombado em 1938 pelo então recém constituído SPHAN. O texto reivindica a existência do bem arquitetônico enquanto transformação contínua no tempo e submetido a intervenções ligadas aos pensamentos de cada momento histórico. Na leitura da autora, o caminho percorrido pela fundamentação teórica sobre preservação encontra seus rebatimentos no âmbito das intervenções. 80 anos de tombamento da obra forneceram material documental em abundância, que a autora explora remetendo a um prontuário cirúrgico, rastreando os registros para mapear transformações, acréscimos, substituições e modificações tanto edílicas como de paisagem.

“O Plano Diretor como instrumento de planejamento e gestão urbana dos centros emergentes no Norte de Minas/MG” é o quarto texto da revista. Escrito por Brenda Melo Bernardes, doutoranda em Arquitetura e Urbanismo pela Escola de Arquitetura da Universidade Federal de Minas Gerais, e Marcos Esdras Leite, Professor do Programa de Pós-Graduação em Geografia e do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Social da UNIMONTES, o artigo analisa a adequação e aplicabilidade dos planos diretores elaborados para cidades médias na Mesorregião Norte de Minas. Esta extensa região foi escolhida por apresentar os maiores índices de desigualdade, juntamente com os menores montantes de investimento público no estado. Os planos diretores são verificados sob os aspectos de integração regional, política ambiental, políticas de inclusão social, mecanismos do solo urbano e ferramentas de gestão participativa. Segundo os autores, as análises apontam para uma significativa isonomia das abordagens nas diferentes cidades, podendo a recorrência das propostas representar falta de especificidade local, técnica e social, tanto nos diagnósticos como nos encaminhamentos propositivos, o que pode sugerir um impacto negativo na ocorrência de desdobramentos concretos desses planos diretores em políticas públicas viáveis, efetivas e integradas aos meios e às condições locais.

O artigo “Políticas de Planejamento Urbano em Campinas: um estudo de caso sobre o bairro Cidade Satélite Íris”, de Pedro Copola (Bacharel em Geografia pela Universidade Estadual de Campinas e Membro do NuPHiTT - Núcleo de Pesquisa em História, Território e Tecnologia da Unicamp) e Cristina de Campos (Professora do Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da Universidade São Judas Tadeu e do Programa de Pós-Graduação em Política Científica e Tecnológica do Instituto de Geociências da Universidade Estadual de Campinas), faz uma revisão das políticas públicas estabelecidas em Campinas – Plano de Melhoramentos Urbanos de 1938, revisto na década de 1950; Plano Preliminar de Desenvolvimento Urbano Integrado, de 1971; e Planos diretores de 1991, 1996 e 2006 -, para recompor ações e diretrizes estabelecidas pela municipalidade com relação ao desenvolvimento urbano campineiro. Os autores identificam uma gradual mudança de abordagem, inicialmente tecnicista e com obras concentradas na área central, para incluir ao longo do tempo mecanismos legais que promovam operações interligadas, taxação de vazios urbanos e descentralização da gestão, e venham a contemplar decisões participativas ou preocupações ambientais. Contudo, na contramão da

condição ideal do planejamento, os pesquisadores apresentam um bairro em estudo, o Cidade Satélite Íris, loteamento aprovado em 1952 que recebe em lixão na década de 1970, que contamina o solo e sobre o qual se instala uma comunidade. Os pesquisadores mencionam as ações eclesiais e de movimentos sociais que se articularam para requisitar providências perante ao poder público e estabelecer uma outra via de assistência a essa população.

Já no artigo “Projetos em Waterfronts na era do empresariamento urbano: o caso do Porto Maravilha e da gentrificação da Zona Portuária carioca”, de Arthur Oliveira (Mestre em Gestão Urbana pela Pontifícia Universidade Católica do Paraná), a renovação urbana da área em estudo é observada enquanto rugosidade (Milton Santos) que, com a passagem para um período pós-industrial, foi submetida ao processo de empresariamento (David Harvey), responsável por transformar infraestruturas herdadas de outros momentos históricos em projetos contemporâneos sob a lógica acumulativa da produção do espaço. Segundo os autores, os waterfronts são representativos deste processo a nível mundial, e a reestruturação econômica, produtiva e financeira da operação empreendida no Rio de Janeiro teve impactos como a expulsão das populações, o aumento do preço da terra e o aumento do controle sobre o espaço urbano.

Seguimos com uma guinada para o tema do ensino, com dois artigos que discutem contemporaneamente o projeto dentro dos cursos de graduação em Arquitetura e Urbanismo, fazendo uma retrospectiva histórica da constituição do campo disciplinar e dos cursos de Arquitetura. “O ensino de Arquitetura é uma árvore: deveria ser?”, texto de Bruno Cesar Euphrasio de Mello, docente da Faculdade de Arquitetura da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, faz um questionamento sobre os caminhos do ensino de Arquitetura e Urbanismo frente ao conjunto de atribuições profissionais, reconhecidas pelo Conselho de Arquitetura e Urbanismo em 2010 e definidas através das diretrizes curriculares que pautam os cursos de graduação no Brasil. O autor busca reconstituir os caminhos da autonomia das práticas e dos cursos vinculados às Belas Artes ou às Escolas Politécnicas, passando por reformas do ensino na década de 1960, para detectar o incremento moderno que reitera o predomínio das disciplinas de Composição, já não mais como processo combinatório de elementos formais, mas enquanto caminho sintético e imaginativo de coordenação dos fatores diversos que intervêm na obra arquitetônica, urbanística ou

paisagística. Para o autor, o ensino assume então o Projeto como linha condutora, mas cabe avançar para adequar-se à diversidade de atividades acomodadas pelo conselho de classe e para construir possibilidades de escolha das subáreas de interesse no processo formativo dos estudantes, garantindo, ao mesmo tempo, a formação generalista inerente ao campo disciplinar.

O segundo texto com temática no ensino é “A presença de disciplinas voltadas ao projeto de espaços livres de lazer urbano nos cursos de Arquitetura e Urbanismo da Região Sul do Brasil”, de Joani Paulus Covaleski (mestre em Arquitetura, Urbanismo e Paisagismo pela Universidade Federal de Santa Maria), Fabiane Vieira Romano (doutora em Engenharia de Produção pela Universidade Federal de Santa Catarina), Lucienne Rossi Lopes Limberger (doutora em Planejamento Urbano e Regional pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul) e Vanessa de Conto (mestre em Engenharia de Produção pela Universidade Federal de Santa Maria e mestranda em Arquitetura, Urbanismo e Paisagismo pela mesma universidade). Este artigo traz o levantamento do percentual de disciplinas de Projeto de Paisagismo em 25 cursos de Arquitetura e Urbanismo na Região Sul do país e em que períodos do curso estão alocadas. Parte-se da menção à atividade de Projeto feita nas diretrizes curriculares dos cursos de graduação em Arquitetura e Urbanismo, que inclui, além da arquitetura de interiores e de aspectos edilícios, as paisagens, cidades e regiões. O texto faz breve relato da mudança estrutural de abordagem do entendimento acerca do paisagismo, desde as primeiras posições mais circunscritas à vegetação até o pleno desenho dos espaços livres, de importância equivalente ao espaço edificado, e dos aspectos abrangentes e sistêmicos relativos ao conceito de paisagem urbana que estão envolvidos.

Mudando de rota, o artigo de Karine de Arimateia (Doutora em Arquitetura pela Universidade Federal do Rio de Janeiro e professora do Curso de Arquitetura e Urbanismo do Centro Universitário Newton Paiva) e Ana Maria G. Albano Amora (Professora da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo e do Programa de Pós-Graduação em Arquitetura da Universidade Federal do Rio de Janeiro), “A Trajetória do arquiteto Roberto Capello: Turim e Brasil”, vem somar-se a muitos desta natureza que decorrem dos esforços por ampliar o panorama da história da arquitetura moderna brasileira. Apenas mencionado por alguns historiadores, Capello torna-se aqui objeto de pesquisa histórica que inclui biografia, acervo, publicações e

depoimentos. Reconhece os edifícios para a Sul América Capitalização e para a Sul América Companhia de Seguros como exemplares marcantes da paisagem de cidades brasileiras em processo de verticalização (Recife, Juiz de Fora, Porto Alegre, Santos, Curitiba, Salvador, Belo Horizonte, Florianópolis, Fortaleza), esclarecendo a autoria de edifícios cuja atribuição ainda não era clara, e assegurando a abrangência da obra deste arquiteto.

A ampliação do panorama histórico da arquitetura moderna brasileira prossegue com “Campo profissional e arquitetura nos anos 1980. Um olhar através da revista Casa e Jardim”, de Dely Bentes (doutoranda pelo Programa de Pós-Graduação em Arquitetura da Universidade Federal do Rio de Janeiro). Perpassando quase 200 números da revista publicados entre 1977 e 1992, a pesquisa tem como foco as entrelinhas: as propagandas, a difusão de ideias para fortalecimento de vieses profissionais, mas também comerciais, e a construção de interlocução com o público em geral. Trata-se de uma abordagem incomum na pesquisa acadêmica, provocativa quanto à prática autorreferente do projeto e da pesquisa acadêmica, uma vez que a revista não deixa de expor ideias e obras de arquitetos reconhecidos pela historiografia, mas que as mesmas se prestam conjuntamente à retórica de arquitetos, fabricantes e clientes, o que posiciona a arquitetura no campo de ação real que articula interesses para sua efetiva ocorrência.

Segue-se para o texto “Casa: a assimilação cultural do espaço moderno”, de Rodrigo Augusto de Lima Rodrigues, Mestre em Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal do Pará, e Celma Chaves, docente no Programa de Pós graduação em Arquitetura e Urbanismo da mesma Universidade. Mais uma vez, o entendimento da arquitetura moderna é modificado tendo como base a cidade de Belém, em uma pesquisa por determinados bairros que identifica e mapeia extensivamente, no período de modernização da cidade e da sociedade compreendido entre 1950 e 1970, a presença da arquitetura moderna enquanto representação e legitimação do processo de ascensão social, seja através da construção erudita, seja através da construção popular. Segundo os autores, as classes populares participam deste processo através da apropriação de elementos formais, construindo com linhas modernas o que os pesquisadores chamam de “modernidade de fachada”, flexibilizando as referências e adaptando-as às necessidades e meios locais. Além do mapeamento, os autores registram em fotos os elementos arquitetônicos que

exemplificam esta operação, e selecionam dois exemplos em que procuram desvendar a existência de apropriação também sob o ponto de vista tipológico.

O penúltimo texto desta seleção traz um levantamento urbano com vistas a sobrepor a oferta de alojamentos para estudantes e a localização de determinados usos complementares à habitação. “Caracterização do entorno das moradias estudantis em Salvador”, de Sabrina Sacramento e Yuri Oliveira (graduandos em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade Federal da Bahia), Aline Barroso (professora da Faculdade de Arquitetura e do Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da mesma Universidade) e Mayara Araújo, (também professora da Faculdade de Arquitetura da UFBA), parte da compreensão de que a qualidade da moradia estudantil vai além da unidade habitacional e amplia-se para o acesso a usos de saúde, alimentação e demais facilidades que envolvem a vida estudantil, chamando a atenção para a localização das moradias.

“Conceitos de habitação social e desenho urbano ambiental no Concurso Renova SP, 2011”, de Patrícia Samora (docente e pesquisadora no programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo na Pontifícia Universidade Católica de Campinas) e Luana Diana (graduanda na mesma instituição), encerra o conjunto de artigos ao fazer a análise de 17 propostas de destaque no Concurso Renova SP com olhar dirigido à problemática ambiental. As autoras fazem uma varredura dos projetos com base em elementos que discutam as ocupações em áreas de risco, a remoção e relocação de populações e a relação do desenho urbano com as águas e infraestrutura verde. Identificam abordagens projetuais quanto à relação entre moradias propostas e existentes, à qualificação dos espaços públicos e à implantação de parques que integram sistemas de drenagem para responder às questões ambientais. Considera-se, ao final do artigo, a presença de uma possível lacuna entre a população já estabelecidas nos locais do concurso e as propostas, cuja articulação contribuiria para o real fortalecimento das estratégias de sustentabilidade.

Boa leitura!